



Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Contabilidade Pública

1.0	Dados de identificação
1.1. Nome do Curso:	Especialização em Contabilidade Pública
1.2. Parecer Resolução: Resolução nº	1.3. Centro: Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CESA
1.4. Unidade Executora: SATE	1.5. Coordenador Geral: Prof. Aldemir Freire Moreira
1.6. Instituição Promotora: UAB/UECE	1.7. Instituição Financiadora: CAPES
1.8. Local de Realização: SATE	1.9. Secretaria do Curso: SATE
1.10. Período de Realização: 01/03/2024 a 01/05/2025	1.11. Funcionamento: Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais
1.12 Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas	Administração Pública

2.0	Justificativa
O controle da coisa pública é rigidamente regulamentado, obedecendo ao princípio da legalidade, próprio da administração pública. A busca da racionalidade e da otimização na utilização dos recursos na administração pública exige que as diversas decisões sejam tomadas a luz de informações adequadas e dados confiáveis. A Contabilidade Pública capta, registra, acumula, resume, interpreta e controla os atos e fatos que alteram as situações orçamentárias, financeira e patrimonial no âmbito do setor público. Para cada um dos setores acima se faz necessário à utilização de sistemas apropriados diversos de escrituração e prestação de informações: sistema orçamentário, sistema financeiro, sistema patrimonial e sistema de compensação. Desta forma, se pode ter um maior controle e acompanhamento da Administração Pública, obedecendo à legislação da administração pública que obriga a produção de relatórios e demonstrativos contábeis uniformes. Desta forma, é inestimável a importância da Contabilidade Pública para a eficiência na gestão pública, no embasamento técnico no processo de tomada de decisão e no controle das atividades e dos recursos públicos, em qualquer cenário, notadamente naqueles de crise e escassez acentuada de recursos. Se busca, portanto, contribuir de forma importante para a administração pública nos três níveis de governo, notadamente no nível municipal, onde se encontram as maiores dificuldades no trato adequado dos recursos utilizados na administrativa pública.	

3.0	Objetivos / Metas / Propósitos
Objetivo Geral: • Qualificar profissionais para operarem finanças no âmbito do setor público assim como produzir as informações adequadas à tomada de decisão pelos gestores públicos e a prestação de contas aos órgãos competentes. Objetivos Específicos: • Discutir os fundamentos básicos que orientam a legislação financeira e orçamentária públicas. • Oferecer subsídios que possibilitem a interpretação adequada dos dispositivos legais afeitos às finanças públicas. • Preparar profissionais para o exercício contábil no setor público capacitando-os a captar, registrar, acumular, resumir, interpretar e controlar os atos e fatos que alteram as situações orçamentárias, financeira e patrimonial. • Desenvolver práticas de investigação e análise das contas públicas.	



- A socialização de conhecimentos e experiências, por meio de trabalhos em grupo

4.0	Aspectos Técnicos		
4.1. Curso	4.1.1. Carga Horária	4.1.2. Vagas	
Modular (X)	465 horas	40 por polo	
Contínuo ()			

4.2	Caracterização da Clientela
O curso destina-se a funcionários públicos ou interessados em ingressar na carreira pública que tenham concluído graduação reconhecida pelo MEC.	

4.3	Cronograma	
4.3.1	Geral	
Divulgação	15/11 a 15/01/2024	
Inscrição	10/01 a 10/02/2024	
Seleção	10/02 a 15/02/2024	
Divulgação dos Resultados	16/02/2024	
Matrícula	26/02 a 29/02/2024	
Carga horária (presencial e síncrona)	145h	
Carga horária (a distância e assíncrona)	320h	
Horário (presencial e síncrona)	Sexta-feira (turno noite – 18h00 às 20h00) e sábado (turno manhã – 8h00 às 12h00)	
Horário (a distância e assíncrona)	24 horas por dia, 7 dias por semana	

4.3.2	Disciplina / Créditos / Período		
Disciplina		CH	Período
1.	Introdução a EAD	15	01/03 a 09/03/2024
2.	Finanças Públicas	30	11/03 a 25/04/2024
3.	Planejamento Estratégico do Setor Público	30	11/03 a 25/04/2024
4.	Contabilidade Geral	30	26/04 a 10/06/2024
5.	Contabilidade Pública	30	26/04 a 10/06/2024
6.	Gerenciamento de Custos Aplicado ao Setor Público	30	11/06 a 26/07/2024
7.	Administração Orçamentária e Financeira no Setor Público	30	11/06 a 26/07/2024
8.	Controle Patrimonial nas Entidades Públicas	30	27/07 a 11/09/2024
9.	Direito Administrativo	30	27/07 a 11/09/2024
10.	Licitações, Contratos e Convênios	30	12/09 a 22/10/2024
11.	Administração Tributária	30	12/09 a 22/10/2024
12.	Prestação de Contas e Controle Interno e Externo (TCU/TCE e MP)	30	23/10 a 30/11/2024
13.	Metodologia do Trabalho Científico	30	23/10 a 30/11/2024
Carga Horária Teórica		375	
Elaboração e Defesa de Monografia		90	01/12/2024 a 01/05/2025
Carga Horária Total		465	

4.4	Inscrição
O Curso de Especialização em Contabilidade Pública será ofertado na modalidade a distância, com	



periodicidade modulada de acordo com a demanda aprovada pela CAPES/UAB. A inscrição será feita pela internet (site <http://www.sate.uece.br/>) em período previamente estabelecido e amplamente divulgado.

4.5

Metodologia

A metodologia de EaD a ser adotada neste curso, baseia-se na *blended learning*, que se pode traduzir como cursos híbridos, e que busca incorporar o uso das novas tecnologias e o crescente grau de interatividade que tem permitido alterar as relações de tempo e espaço, caminhando para uma convergência entre o real e o virtual e levando a redefinir os limites entre o que seja educação presencial e educação a distância.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático, a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador.

A metodologia de EaD da UECE se baseia no modelo andragógico de aprendizagem, que se refere a uma educação centrada no aprendiz, para pessoas de todas as idades. Segundo Knowles (1970), esse modelo está fundamentado em quatro premissas básicas para os aprendizes, todas ligadas à capacidade, necessidade e desejo de eles mesmos assumirem a responsabilidade pela aprendizagem, que são:

1. O posicionamento muda da dependência para a independência ou autodirecionamento.
2. As pessoas acumulam um reservatório de experiências que pode ser usado como base sobre a qual será construída a aprendizagem.
3. Sua prontidão para aprender torna-se cada vez mais associada com as tarefas de desenvolvimento de papéis sociais.
4. Suas perspectivas de tempo e de currículo mudam do adiamento para o imediatismo da aplicação do que é aprendido e de uma aprendizagem centrada em assuntos para outra, focada no desempenho (DEAQUINO, 2007, p. 11-12)

O pressuposto da andragogia é que a responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem é compartilhada entre professor/tutor e aluno, criando um alinhamento que busca a independência e responsabilidade por aquilo que julgam ser importante aprender.

No projeto UECE as estratégias de interação se dão a partir de alguns pressupostos apontados na literatura da área, e estão claramente definidas quanto a relação professores, alunos e conteúdos, considerando que esse triângulo didático pode se articular a partir de várias dimensões, quais sejam:

- **Aluno/Professor/Tutor:** a interação aluno/professor/tutor se dá tanto presencial como a distância. Cada disciplina do curso prevê encontros on line síncronos que contam com a mediação de professores, para esclarecer conceitos, dirimir dúvidas, aprofundar aspectos relevantes da disciplina, atender de forma personalizada às demandas específicas de cada aluno.
- **Aluno/Aluno:** com uso da interface disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), os alunos se comunicam usando o Fórum de Interação, e-mail e outras ferramentas. Neste tipo de interação é importante destacar os aspectos colaborativo e cooperativo que os alunos conseguem estabelecer, diminuindo a sensação de isolamento do estudo a distância. Segundo Mattar (2009)¹, “essa interação também desenvolve o senso crítico e a capacidade de trabalhar em equipe e, muitas vezes, cria a sensação de pertencer a uma comunidade”.

Aluno/Conteúdo: esta interação se dá através da disponibilização do livro texto básico produzido

¹ MATTAR, João. Interatividade e aprendizagem. In LITTO, F. M. e FORMIGA, M. **Educação a distância: o estado da arte..** São Paulo: PEARSON Prentice Hall e ABED. 2009



especificamente para a disciplina e colocado no AVA Moodle em formato pdf para acesso pelos alunos. Para apoiar o estudo individualizado dos conteúdos, os alunos ainda contam com interações realizadas pelo Tutor a distância, que se utiliza do Ambiente Virtual de Aprendizagem com recursos síncronos e assíncronos para responder aos alunos quanto ao domínio cognitivo da disciplina. A relação aluno/conteúdo pode também ser mediada pelos Coordenadores do Curso e de Tutoria de forma presencial ou a distância.

- **Aluno/Interface:** é um tipo de interação que ocorre entre o aluno e a tecnologia, uma vez que esta é a mediadora das possibilidades de interação deste com o conteúdo, o professor, os tutores e outros alunos. Assim, é imprescindível que o *design* instrucional do curso leve em consideração estratégias que facilitem a aquisição das habilidades necessárias para participar adequadamente do curso, e para tanto, a atenção as interfaces homem-máquina na preparação e disponibilização das ferramentas de EaD é fundamental.
- **Interação Interpessoal:** inclui as reflexões do aluno sobre o conteúdo e o próprio processo de aprendizado. Esse tipo de interação parte do pressuposto de que o aluno adulto tem seu senso crítico desenvolvido, o que permite que ele examine de uma perspectiva fora do seu ponto de vista, a sua evolução e desenvolvimento ao longo do curso. Ele também deve ser capaz de pronunciar enunciados críticos sobre si mesmo, sem aceitar de forma automática, suas próprias opiniões ou opiniões alheias.

As metodologias adotadas apresentam graus de interatividade distintos, em que os espectros do espaço e do tempo podem intensificar-se graças as possibilidades e ao baixo custo das tecnologias interativas.

O processo de ensino-aprendizagem se fundará nos seguintes atores:

- O **estudante:** que busca a educação continuada e que vê na flexibilidade de espaços, distâncias e horários de estudo um grande atrativo para seu novo conhecimento.
- **Professores conteudistas:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos.
- **Professores formadores:** responsáveis pelo planejamento e acompanhamento das disciplinas do curso.
- **Tutores:** têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um Coordenador de Tutoria, função ocupada por um professor da Instituição ou convidado.
- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

Os fundamentos filosóficos, epistemológicos e axiológicos que orientam a produção dos materiais didáticos visam uma ampla integração da teoria e prática permitindo o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares, levando-se em conta os conceitos de autonomia, investigação, trabalho cooperativo, estrutura dialógica, interatividade e capacidade crítica dos educadores e educandos.

Para um bom desempenho e maior eficiência nas atividades de aprendizagem é importante adotar algumas rotinas e procedimentos como:

- Ler os livros-textos, refletindo acerca dos conceitos, ideias e exemplos apresentados pelos autores, procurando identificar os conceitos mais relevantes e as ideias chaves que o(s) autor(es) apresentam.
- Registrar todas as dúvidas. Algumas dessas dúvidas podem ser esclarecidas no decorrer da leitura do texto, mas outras persistem e precisam de orientações externas para seu esclarecimento. O serviço de tutoria está a disposição para ajudar no que for necessário e o aluno não se sentir desamparado no processo de construção do conhecimento. No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que o aluno tem acesso mediante *login* e senha, existem materiais de apoio como textos complementares, biblioteca, *links* e outros recursos que podem ajudar a dirimir dúvidas.
- Responder a todas as atividades que sejam colocadas nos Fóruns de discussão e interação, e demais materiais didáticos. Elas foram elaboradas para fixar melhor os conteúdos. Um dos fundamentos que orientam a produção de material didático em EaD é possibilitar uma maior interação do aluno com o texto. Para isso, ele é permeado por questionamentos e indagações que procuram construir um diálogo entre o leitor e o autor, levando o primeiro a estabelecer uma linha de raciocínio que vai sendo reforçada a cada reflexão levantada. A ideia é que o aluno vá conversando com o texto, concordando, discordando, pesquisando, argumentando e fortalecendo seu processo de construção do conhecimento.
- Formar grupo de estudos e discutir os conteúdos das disciplinas. A interação com outros colegas permite reflexões, troca de experiências e, conseqüentemente, facilita a aprendizagem.



- Visitar rotineiramente o AVA, pois lá encontrará as mais diversas informações e se manterá atualizado(a) sobre todas as atividades. Um dos pilares que assegura a permanência do aluno num curso de EaD é a frequência com que ele visita os ambientes virtuais que são disponibilizados. Ele não só encontrará informações atualizadas sobre o curso, mas se sentirá integrado à rede de profissionais que são responsáveis que execução do mesmo. Com a internet e as ferramentas criadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação, o aluno poderá estabelecer contato por *e-mail* ou por redes sociais com outros colegas e interessados no tema, e se sentir parte de uma verdadeira comunidade de aprendizagem.
- Verificar sempre a caixa de entrada de *e-mail*, pois será um importante canal de comunicação.

A utilização de mídias variadas parte do pressuposto de que o aluno aproveita da melhor forma os recursos aos quais ele estiver mais familiarizado ou tenha mais interesse. Ademais, fomentar a convergência e o diálogo entre as mídias no processo de aquisição de ensino-aprendizagem amplia as possibilidades de estímulo pedagógico e reforça a aquisição do conhecimento.

Nos cursos oferecidos pela UECE são disponibilizados os seguintes recursos didáticos: livros de referência, videoaulas, Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), vídeo e web conferências e rede de apoio constituída de tutores, professores formadores, coordenadores de curso e polo.

A proposta de estruturação do material didático tem como objetivo superar a convencional tradição expositivo-descritiva e levar tanto o estudante quanto o professor a construir juntos, o conhecimento. Esta abordagem significa ir além do domínio de técnicas, afinal, o professor é um profissional de quem se exige muito mais que apenas seguir guias e diretrizes, normas e formas como moldura para sua ação. É importante que os materiais didáticos estejam integrados. Os autores de livros devem relacionar o conteúdo com o ambiente *online* e com a temática das videoaulas e web conferências. Esta indicação motiva o estudante a utilizar todos os recursos disponíveis no curso.

No tocante às videoaulas, diversos autores, inclusive Ferres (1996)² defendem que o uso do vídeo como recurso pedagógico se justifica a medida que quanto mais sentidos mobilizarmos durante uma exposição, melhor é a porcentagem de retenção mnemônica.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado na UECE é o Moodle. Trata-se de um sistema de gerenciamento de cursos *online* de código aberto, cujo desenho está baseado na adoção de uma pedagogia socioconstrucionista, que busca promover colaboração, atividades individuais e compartilhadas, reflexão crítica, autonomia, entre outros aspectos. Ele oferece um ambiente seguro e flexível, permitindo adaptá-lo às necessidades de qualquer curso a distância ou daqueles que, mesmo sendo presenciais, desejem utilizar um AVA como recurso adicional. O Moodle disponibiliza variados recursos que serão empregados no processo de educação a distância, tais como: *download* e *upload* de materiais diversos (texto, imagem, som), chats, fóruns, diários, tarefas, oficina de construção colaborativa (*wikis*), pesquisas de opinião e avaliação, questionários (permitem se criar exames *online*) etc. Além disso, possibilita a inclusão de novas funcionalidades disponíveis na forma de *plugins*, como por exemplo, sistema de e-mail interno.

As atividades à distância deverão ser depositadas no ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema. Caso o trabalho apresentado ou a avaliação escrita não atenda aos requisitos mínimos estabelecidos, o professor indicará ao aluno a literatura complementar que o auxilie a completar sua compreensão sobre o tema em estudo.

Dessa forma, a UECE poderá oferecer um saber atualizado, priorizando os conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando desenvolver, aprofundar e aprimorar conhecimentos adquiridos na graduação, estimulando-os não só por meio de uma reflexão crítica, bem como através da capacidade de investigar e avaliar, sem perder de vista a realidade regional.

Tal estrutura metodológica é possível com o conjunto de ações que envolvem, pelo menos:

- A estrutura organizativa, composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial.
- Comunicação multidirecional e com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia,

² FERRÉS, Joan. **Vídeo e Educação**. 2ª. Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.



com diversos meios e linguagens exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos.

- O trabalho cooperativo resultado da parceria entre diferentes profissionais (autores, *designer* instrucional, *web designer*, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência e que os estudantes devem ser informados desde o início de seu percurso. Por isso, ao matricular-se, o estudante tem acesso ao Projeto Pedagógico do Curso contendo todas as informações referentes, entre outras coisas, à modalidade e ao calendário do semestre ou módulo.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos alunos suportes administrativo, pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhe clima de auto-aprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que educação a distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, se faz imprescindível a organização de um sistema que ofereça ao estudante as condições para que o mesmo efetue sua formação profissional.

A educação a distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre alunos, professores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo.
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade.
- Processos de orientação e avaliação próprios.
- Monitoramento do percurso do estudante.
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.

Logo, a organização de estrutura física e acadêmica na UECE, deve contemplar:

- Equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso.
- Designação de Coordenador de Curso e Coordenador de Tutoria que se responsabilizem pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso.
- Manutenção dos núcleos tecnológicos na UECE e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso.
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UECE.

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica. As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão:

- Comunicadores de mensagens instantâneas com recursos de VOIP.
- Sistema ADOBE *Conect* para realização de Web conferência.
- Chat (Sala de Bate-papo para comunicação via mensagens de texto).
- Linha telefônica.

Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados: E-mail; Fórum; Envio de Atividades com Feedback; Blog (integrado ao AVA), dentre outros.

As turmas terão acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e serão orientadas pelos tutores sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.



4.6

Sistemática de Avaliação

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos. Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem. Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa: buscar interação permanente com os colegas, os especialistas e com os orientadores acadêmicos todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

É de extrema relevância, no processo de avaliação de aprendizagem, a análise da capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

- O acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos.
- Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados.
- Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas.

A avaliação do rendimento será feita por disciplina, por meio de provas *online*, exames, seminários, trabalhos, projetos, assim como participação geral nas atividades da disciplina. A avaliação será expressa em resultado final através de uma escala numérica de notas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Considerar-se-á aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar nota final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero).

A composição das notas dos alunos obedecerá a seguinte composição:

Prova: 50 %

Atividades à distância: 40%

Autoavaliação: 10%

Total da nota por disciplina: 100%

O curso também prevê a reprovação por falta de frequência, que impõe o conceito REF. Entretanto, o controle de frequência em cursos a distância distingue-se em essência daquele feito nos presenciais. Assim, na modalidade EaD/UECE, os programas de cada disciplina conterão as exigências de contatos e participações dos alunos e atividades a distância, os quais serão devidamente computados para efeito de integralização de 75% de frequência mínima exigida.

O aluno que não obtiver aprovação em alguma disciplina poderá ser submetido a procedimentos de recuperação e/ou repercurso. É muito importante que a Coordenação do curso (Coordenador e Coordenador de Tutoria) monitore a participação do estudante para ter um quadro de desempenho dos estudantes da turma e definir estratégias de intervenção para recuperação de aprendizagens.

Monografia

No desenvolvimento do curso, o papel do Orientador de Monografia vai assumindo relevância gradativa, a medida que os alunos vão identificando temas que darão origem ao seu trabalho de conclusão de curso. É muito importante que o processo de aproximação do orientador se dê no período de realização das disciplinas, por ser um momento propício para o alinhamento com a literatura relacionada ao tema, permitindo assim o estudo mais verticalizado. O orientador deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de autoaprendizagem do aluno, procurando direcionar sua produção acadêmica e seu esforço intelectual no sentido da construção de uma visão sistêmica do seu objeto de investigação.

O orientador, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, expectativas,



realizações, dúvidas, dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo. Para isso, no Ambiente Virtual de Aprendizagem é possível criar um espaço destinado exclusivamente aos trabalhos de orientações e interações entre alunos e orientadores.

Em razão da necessidade de interlocução profícua, estabelece-se a relação de um orientador para cada 5 estudantes, conforme parâmetros definidos pela CAPES, que culminará na orientação de seu projeto de pesquisa visando o Trabalho Monográfico a ser apresentado ao final do curso.

O aluno deverá apresentar a monografia e defendê-la até um prazo máximo de 3 (três) meses após a conclusão das disciplinas. O Professor Orientador de monografia deverá, preferencialmente, ser membro do corpo docente do Curso, mas poderá ser escolhido entre mestres e doutores da UECE ou de outras Instituições de Ensino. Nos dois últimos casos deverá haver processo de credenciamento do orientador pela Coordenação do Curso.

A monografia será defendida perante uma banca examinadora constituída por três membros, presidida pelo Professor Orientador que é membro nato. Os demais membros deverão ser, preferencialmente, professores da UECE, com formação específica na área ou áreas afins, com titulação mínima de Mestre. O resultado final da avaliação da monografia será expresso através de um dos conceitos: S (satisfatório), N (não satisfatório).

De acordo com a Resolução Nº 930/2013 – CONSU, de 18 de fevereiro de 2013, que estabelece normas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância da Universidade Estadual do Ceará –(UECE):

Art. 25 - A monografia constitui-se em trabalho individual, de pequeno porte, sem obrigação de originalidade, obedecendo à metodologia científica, focando assunto que se enquadre nas linhas de pesquisa estabelecidas pelo curso, podendo apresentar os seguintes conteúdos:

- a) estudo bibliográfico crítico;
- b) estudo crítico sobre prática profissional;
- c) estudo teórico;
- d) estudo de campo;
- e) plano institucional;
- f) plano de pesquisa destinado à seleção de programa de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Neste curso, o propósito é o que os alunos priorizem a produção de trabalhos monográficos que envolvam “estudos de campo” que consistam de produtos que representem uma contribuição efetiva a sua prática. No caso de haver mais de um aluno da mesma instituição, os trabalhos monográficos desses cursistas poderão ser organizados a partir de “plano institucional” atendendo aos interesses e demandas da instituição.

4.7 Certificados

Para obtenção do título de especialista o aluno deverá:

1. Cumprir e ser aprovado em todas as disciplinas do curso.
2. Apresentar trabalho monográfico perante banca examinadora constituída pela Coordenação, na forma da legislação vigente, e obter conceito “Satisfatório”.

5.0 Programa Curricular

5.1 Disciplina e Corpo Docente

Disciplina	C/H	Docente	Inst.	Titul.
1. Introdução a EAD	15	Profª. Eloisa Maia Vidal	UECE	Dra.
2. Finanças Públicas	30	Aldemir Freire Moreira	UECE	Dr.
3. Planejamento Estratégico do Setor Público	30	Lauro Chaves Neto	UECE	Dr.
4. Contabilidade Geral	30	Joelma Leite Castelo	UECE	Dra.
5. Contabilidade Pública	30	Samuel Leite Castelo	UECE	Dr.



6. Gerenciamento de Custos Aplicado ao Setor Público	30	Lauro Chaves Neto	UECE	Dr.
7. Administração Orçamentária e Financeira no Setor Público	30	Paolo Giuseppe Lima de Araújo	UECE	Dr.
8. Controle Patrimonial nas Entidades Públicas	30	Manuel Salgueiro Rodrigues Junior	UECE	Dr
9. Direito Administrativo	30	Lorena Costa O. Araújo	UECE	Dra..
10. Licitações, Contratos e Convênios	30	Paolo Giuseppe Lima de Araújo	UECE	Dr.
11. Administração Tributária	30	Aldemir Freire Moreira	UECE	Dr.
12. Prestação de Contas e Controle Interno e Externo (TCU/TCE e MP)	30	Samuel Leite Castelo	UECE	Dr.
13. Metodologia do Trabalho científico	30	Joelma Leite Castelo	UECE	Dra.
14. Elaboração e Defesa de Monografia	90	Diversos	UECE	
Total	465			

Ementas

Disciplina/Carga horária/ Ementa/ Bibliografia

5.2.1 Introdução a EAD

C. horária | 15 h/a

Ementa: Introdução a EaD. Educação a distância: rompendo fronteiras. Tecnologias na educação . EaD na UECE: lições aprendidas. Recursos educacionais na UAB/UECE. Sistemática de avaliação nos cursos da UAB/UECE. O Ambiente Virtual de Aprendizagem: Moodle

Bibliografia

VIDAL , Eloisa Maia; MAIA J, E. Bessa. Introdução a Educação a distância e informática básica. – 2. ed. rev. – Fortaleza : EdUECE, 2015.

5.2.2 Finanças Públicas

C. horária | 30 h/a

Ementa: Teoria das Finanças Públicas; Planejamento do Setor Público; Orçamento Público; Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Marcio; FEIJO, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e a Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. 2. ed. [Brasília: do autor], 2008.

CAVALCANTI, Osório; PINHEIRO, Manuel et al. Orçamento Público: Planejamento, Execução e Controle. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2003.

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio e 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. 2. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2009. 3 v.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade Pública: integrando união, estados e municípios (SIAF e SIAFEM). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



SILVA, Lino Martins. Contabilidade Pública. São Paulo: Atlas, 2009.

5.2.3 Planejamento Estratégico do Setor Público

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: O Planejamento como ferramenta essencial para o planejamento e desenvolvimento institucionais. Evolução do planejamento no Brasil. Abordagem crítica do modelo brasileiro de planejamento governamental. O pensamento estratégico aplicado às organizações públicas. O processo e os componentes do planejamento estratégico. Implementação e Acompanhamento estratégico.

Bibliografia

ASSI, M. Controles internos e cultura organizacional: como consolidar a confiança na gestão dos negócios. 2. ed. São Paulo: Saint Paul, 2014.

BREALEY, R.; MYERS, S.; ALLEN, F. Princípios de Finanças Corporativas. 12a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2018.

CANDELORO, A.P.P.; RIZZO, M.B.M.; PINHO, V. Compliance 360º: Riscos, Estratégias, Conflitos e Vaidades no Mundo Corporativo. São Paulo: Trevisan, 2012.

DAMODARAN, A. Gestão Estratégica do Risco. Porto Alegre: Bookman, 2009.

PFEIFER, P. O Quadro Lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública, v. 51, nº 1, p. 81-124, 2000.

POLLITT, C.; Bouckaert, G. Public Management Reform: a comparative analysis-new public management, governance, and the Neo-Weberian state. UK: Oxford University Press, 2011.

PORTER, M. Competitive strategy, techniques for analyzing industries and competitors. New York: Free Press, 1980.

5.2.4 Contabilidade Geral

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Regime de Caixa x Regime de Competência. Operações com Mercadorias. Ajustes no Estoque. Operações com Pessoal. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Ativo Circulante e Não Circulante Realizável a Longo Prazo. Ativo Não Circulante Investimentos, Ativo Não Circulante Imobilizado (Atividades Descontinuadas), Ativo Não Circulante Intangível, Patrimônio Líquido. Reservas de Lucro, Retenções e Participações. Lucros e Dividendos. Demonstrações Contábeis. Demonstração do Valor Adicionado.

Bibliografia

FEA/USP. Equipe de Professores da FEA/USP. Contabilidade Introdutória: Livro Texto. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRIFFIN, Michael P. Contabilidade e Finanças. São Paulo: Saraiva, 2012

MARION, Jose Carlos. Contabilidade Básica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Comercial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Intermediária. São Paulo. Saraiva. 2013.

FIPECAFI, Manual de Contabilidade Societária - Aplicável a Todas as Sociedades. São Paulo: Atlas. 2013.

MARION, Jose Carlos. Contabilidade empresarial. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MASSAKAZU. Contabilidade: Teoria e Prática, 6ªed. São Paulo: Atlas, 2009.



PADOVEZI, Clovis Luís. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária. Texto e exercícios. 7ª ed. São Paulo: Atlas. 2009

SANTOS, José Luiz; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade societária. 4a ed., São Paulo: Atlas. 2009.

5.2.5 Contabilidade Pública

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Estrutura Conceitual para a Contabilidade do Setor Público. Patrimônio Público. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil. Demonstrações Contábeis do Setor Público.

Bibliografia

BRASIL. Lei 4.320/64. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL. Lei Complementar 101/2000. Estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para a Gestão Financeira Responsável.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 5ª edição, 2012, Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. 2012.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ANGÉLICO, João. Contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL, Lei 8.666/93. Lei de Licitações.

IFAC. Normas Internacionais de Contabilidade Pública. New York: IFAC, 2002.

KOHAMA, Hélio. Contabilidade pública: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PISCITELLI, Roberto Boccacio e TIMBO, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem na administração financeira pública. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

5.2.6 Gerenciamento de Custos Aplicado ao Setor Público

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Conceito básico de custos. Sistema de acumulação, método de acumulação e métodos de custeio. Normas e legislação. Características do Serviço Público. Custos e Nova Gestão aplicada ao Setor Público.

Bibliografia

MAUSS, Cézár Volnei; SOUZA, Marcos Antônio de. Gestão de custos aplicado ao setor público, modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. Atlas, 2008.

Manual de Pronunciamentos Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IFAC), Traduzido para o português pelo Conselho Federal de Contabilidade. Brasília, DF, 2012

SILVA, C. A. T.; MOURA, José Flávio de Melo; MORGAN, B. F.; CUNHA, J. R.; COSTA, Patrícia de Souza ; RIBEIRO FILHO, J. F. Custos no Setor Público. Brasília: Editora da UnB, 2007.

HORNGREN, C. T.; FOSTER, G.; DATAR, S. M. Contabilidade de custos. Volumes 1 e 2. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

MAHER, M. Contabilidade de custos: criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL, Congresso Nacional, Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964. Brasília, DF, 1964.

5.2.7 Administração Orçamentária e Financeira no Setor Público



Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Definição. Processo de planejamento-orçamento. Lei de diretrizes orçamentárias. Princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Orçamento por programas. Orçamento base zero. Receita Pública. Despesa Pública. Restos a Pagar. Dívida Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal. Conceitos básicos de Administração Financeira. Sistema de Informações Financeiras. Administração de capitais no curto e longo prazo. Financiamentos de curto e de longo prazo.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Marcio; FEIJO, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e a Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. 2. ed. [Brasília: do autor], 2008.

CAVALCANTI, Osório; PINHEIRO, Manuel et al. Orçamento Público: Planejamento, Execução e Controle. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2003.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. Lei nº 4.320 comentada. 25ª ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1993.

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2001.

WIKEN, Edgard da Silva. Técnica Orçamentária e Contabilidade Pública. 8 ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1970

5.2.8 Controle Patrimonial nas Entidades Públicas

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Definição dos principais conceitos e práticas inerentes ao controle patrimonial no setor público. Descrição e detalhamento dos diversos processos de movimentação de patrimônio. Apresentação das rotinas patrimoniais. Gerenciamento de inventário.

Bibliografia

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10.753, de 31 de out. de 2003. Institui a Política Nacional do Livro.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994. Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8883.htm.

_____. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SEDAP/PR. Instrução Normativa nº 205, de 8 de abril de 1988. Racionalizar com minimização de custos o uso de material no âmbito do SISG através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades.

_____. SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. Anexo II da Instrução Normativa nº 205/1988.



Quantidade a ressuprir.

_____. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO – DASP – Secretaria Geral. Instrução Normativa no 142, de 5 de agosto de 1983. Orientar os órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG – quanto a aplicação harmônica dos preceitos legais: designação de material de consumo e permanente; Controle de materiais de duração estimada; relação-carga; inventário, sindicância e/ou inquérito; materiais de natureza artística, cívica, culturais ou documental.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto no 99.658, de 30 de outubro de 1990. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto no 6.087 – de 20 de abril de 2007. Altera os arts. 5º, 15 e 21 do Decreto no 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material, e dá outras providências.

_____. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Portaria nº 508 de 16 de outubro de 1997. Disponível em: http://www.wisotel.com.br/acoes_de_regulacao/portarias/portaria_508.html>.

_____. MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL Portaria nº 448, DE 13 de setembro de 2002 Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052. Disponível em: < www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 3 de out. de 2010.

_____. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL 051704 – Norma de Execução 4 de 31/10/97.

_____. COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE. Aquisição de software. 021130 – IN/STN N 5 de 6 de novembro de 1996.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 2000.

5.2.9 Direito Administrativo

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Noções Preliminares. O Direito Administrativo. A Administração Pública. Os Poderes Administrativos. Atividades Jurídicas da Administração. Contratos Administrativos. Licitação. Bens Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade. A Desapropriação. Agentes e Cargos Públicos. Serviço Público. Execução dos Serviços Públicos. Responsabilidade Civil do Estado. Administração Financeira.

Bibliografia

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2000.

FREIRE, Elias. Direito Administrativo. São Paulo: Campus, 2007.

MEYRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2000.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2001.

ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito Administrativo: Sinopses Jurídicas. 8. ed. Vol. 19. São Paulo: Saraiva, 2006.

5.2.10 Licitações, Contratos e Convênios

C. horário | 30 h/a

Ementa: Conceitos de licitações, contrato e convênios; Obrigatoriedade da licitação: Modalidades e tipos; Procedimentos: Normatização de contratos; Alterações e execução dos contratos; Sistema de cooperação administrativa e seus atuais modelos; Controle das formas de cooperação administrativa.

Bibliografia



MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas Licitações e Contratos. 10. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão Presencial e Eletrônico. Curitiba: Zênite, 2004.

SANTOS, José Anacleto Abduch. As Licitações e o Estatuto da Microempresa. 2008. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (Brasil). Instrução Normativa n. 01, de 18 de janeiro de 2007. Altera dispositivos que especifica da Instrução Normativa n. 1, de 15 de janeiro de 1997, disciplinadora da celebração de convênios de natureza financeira.

SILVA, De Plácido e. Dicionário Jurídico. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. (Atualizado por Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho).

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988

_____. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

_____. Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995a. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

_____. Emenda Constitucional n. 6, de 15 de agosto de 1995b. Altera o inciso IX do artigo 170, o artigo 171 e o § 1º do artigo 176 da Constituição Federal.

_____. Decreto n. 2.487, de 2 de fevereiro de 1998a. Dispõe sobre a qualificação de autarquias e fundações como Agências Executivas, estabelece critérios e procedimentos para a elaboração, acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão e dos planos estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional das entidades qualificadas, e dá outras providências.

_____. Decreto n. 2.488, de 2 de fevereiro de 1998b. Define medidas de organização administrativa específicas para as autarquias e fundações qualificadas como Agências Executivas e dá outras providências.

_____. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998c. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 18 abr. 2011.

_____. Emenda Constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998d. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

_____. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

_____. Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

_____. Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

_____. Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005a. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

_____. Decreto n. 5.504, de 5 de agosto de 2005b. Estabelece o pregão eletrônico nas contratações realizadas em



decorrência de transferências voluntárias.

_____. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e n. 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e n. 9.841, de 5 de outubro de 1999.

_____. Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 18 abr. 2011.

_____. Decreto n. 6.428, de 14 de abril de 2008a. Altera o Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. Portaria Interministerial MP/MF/MCT n. 127, de 29 de maio de 2008b. Estabelece normas para execução no disposto no Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 18 abr. 2011.

_____. Supremo Tribunal Federal. Secretaria. Extrato de Inexigibilidade de licitação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 set. 2008c, Seção 3, n. 180, p. 118. Bacharelado em administração Pública Licitações, Contratos e Convênios 114.

_____. Decreto n. 6.619, de 29 de outubro de 2008d. Dá nova redação a dispositivos do Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Extrato de Documento Contratual. Contrato de Gestão firmado entre o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar. 2008e. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2011.

CRETELLA JÚNIOR, José. Licitações e Contratos do Estado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1994. FLORIANÓPOLIS (Cidade). Câmara Municipal. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2011. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva. 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 5. ed. São Paulo: Dialética, 1998.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). Acórdão n. 2611, de 11 de dezembro de 2007. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2011.

5.2.11 Administração Tributária

C. horário	30 h/a
-------------------	--------



Ementa: Noções gerais de tributação. Imposto sobre produtos industrializados. Imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transportes interestaduais e intermunicipais e de comunicação. Imposto sobre serviços de qualquer natureza. Outros tributos estaduais e municipais. Proporcionar a compreensão do funcionamento dos tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS) e a tributação pelo SIMPLES.

Bibliografia

BRASIL. Decreto n. 4.544, de 26 de dezembro de 2002. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

BRASIL. Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto n. 3000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

BRASIL. Lei n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica.

BORGES, Humberto Bonavides; Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. Direito Tributário para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2011.

5.2.12 Prestação de Contas e Controle Interno e Externo (TCU/TCE e MP)

C. horária	30 h/a.
-------------------	---------

Ementa: Sistemas de controle interno e externo. Controle interno e externo no Brasil. Regras constitucionais sobre o controle interno e externo. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. Tribunal de Contas da União: natureza, competência e jurisdição, organização, julgamento e fiscalização.

Bibliografia

SOUSA, Alfredo José de et al. O Novo Tribunal de Contas: Órgão Protetor dos Direitos Fundamentais. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004.

ABANESE, Robert. Managing: toward accountability for performance. 3. ed. Homewood, Illinois: Irwin, 1981.

ABRANTES, José Serafim. LRF fácil – guia contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal – apresentação. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade – Instituto Ethos, 2001.

ALENCAR, José Daniel. Os sistemas de controle interno federal, estadual e municipal. Escopo, 1990.

ALMEIDA PAULA, Maria Goreth Miranda. Auditoria Interna: embasamento conceitual e tecnológico. São Paulo. Atlas, 1999.

ARAÚJO, Marcos V. Tribunal de Contas: o controle de governo democrático — histórico e perspectivas. Brasília. TCU, 1993.

ARAÚJO, I. da P. S. Introdução à Auditoria Operacional. Rio de Janeiro: FGV, 2001.



BRASIL. Lei no 4320: promulgada em 17 de março de 1964.

_____. Decreto-Lei no 200: promulgada aos 25 de fevereiro de 1967.

_____. Constituição Federal: promulgada aos 5 de outubro de 1988.

_____. Tribunal de Contas da União. Manual de auditoria de natureza operacional. Brasília, DF, 2000.

_____. Lei no 10.181: promulgada em 6 de fevereiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10180.htm.

_____. Lei no Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal: promulgada aos 4 de maio de 2000.

_____. Instrução Normativa/SFC 1, de 06 de abril de 2001. Secretaria Federal de Controle.

_____. Portal da Controladoria Geral da União (CGU). Disponível em: Acesso em: 27 dez. 2007.

BROWN, Renato Jorge. Controle Externo da Administração Pública Federal no Brasil: o TCU – uma análise jurídico-administrativa. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria e Controle Interno na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2008.

CASTRO, Robíson G. de. Curso integrado de execução, contábil e financeira do serviço público – Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: Escola de Administração e Negócios (ESAD), 2002.

CASTRO, Robíson G. de; LIMA, Diana Vaz de. Contabilidade Pública – Integrando a União, os Estados e os Municípios. São Paulo: Atlas, 2000.

CITADINI, Antonio Roque. O Controle Externo da Administração Pública. São Paulo: Max Limonad, 1995.

DALLARI, Adilson Abreu. Controle Político das Agências Reguladoras. Interesse Público, Porto Alegre, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006. FALCONI Campos, Vicente. TQC: controle da qualidade total. 6. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1995.

JUND, Sergio. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. MACHADO Jr.; REIS. A Lei no 4.320 comentada. 26. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1995.

MACHADO, Nelson. Sistema de Informação de Custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. São Paulo, Tese de Doutorado, FEA/USP, 2002. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 7. ed. Revista dos Tribunais. MEGGINSON, Leon C.;

MOSLEY, Donald C.; PIETRI Jr., Paul H. Administração: conceitos e aplicações. São Paulo: Harper & How do Brasil, 1986.

OLIVEIRA, Telma Almeida. O Controle da Eficácia da Administração Pública no Brasil. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995.

PIRES, João Batista Fortes de Souza. Contabilidade Pública, Orçamento Público e Lei de Responsabilidade Fiscal: teoria e prática. 7. ed. Brasília: Franco e Fortes, 2002.

PISCITELLI, Roberto B. O Controle Interno na Administração Pública Federal Brasileira. Brasília: ESAF, 1988.

REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JR. J. Teixeira. A lei 4.320 comentada. 31. ed., Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAN), 2003.

SÁ, Antônio Lopes de. Curso de Auditoria. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental – Um enfoque administrativo. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

SIRAQUE, Vanderlei. Controle social da função administrativa do Estado: possibilidade e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2005.



VIEGAS, W. Controle Administrativo e Controle Social: analogias, contrastes e paralogismos. Brasília: UnB, 1996.

5.2.13 Metodologia do Trabalho Científico

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa social. Conceitos fundamentais do método científico; fase exploratória do processo investigativo; construção do projeto de pesquisa, sequência de momentos para a elaboração da monografia; a sistemática da orientação e de exposição do trabalho final.

Bibliografia

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, Alba M. P. de. A Pesquisa e o Processo de Produção do Conhecimento: Algumas Anotações e Reflexões. Fortaleza. UFC, 1989.

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler em Três Artigos que se Completam. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1987.

GONDIM, Linda M.D. (Org) – Pesquisa em ciências sociais; o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: Edições UFC, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HUHNE, Leda Miranda. Metodologia Científica: Caderno de Textos e Técnicas. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

LONGARAY, André Andrade. et al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3. ed., 3. tir. São Paulo: Atlas, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos et al. Fazer Universidade: Uma Proposta Metodológica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MAIA, T. Lisieux. Metodologia Básica. 2. ed. revisada. e ampliada. Fortaleza: Tradição e Cultura, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia – Pesquisa qualitativa; um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.3

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria de Souza. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. (Coleção Temas Sociais).

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-Prática. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.